

## **A relação entre História e Economia na Teoria da Regulação: Marx, estruturalismo e a Escola dos *Annales***

*Alexandre Mendes Cunha<sup>1</sup>*

### **Resumo**

O presente texto oferece uma discussão acerca de alguns aspectos da formação do pensamento e bases teóricas da Escola Francesa da Regulação. Incisivamente discute-se a centralidade e o tipo de história que orienta o arranjo teórico dessa escola, partindo de perspectiva de esta promove um bem sucedido, ainda que, por vezes, ambíguo, casamento entre economia e história. Três matrizes fundamentais ao arranjo teórico da Escola da Regulação são contempladas: as formulações marxianas e a especificidade histórica de seu pensamento; o estruturalismo na academia francesa e sua influência nos regulacionistas; e a Escola dos *Annales*, o mais importante movimento historiográfico francês, como inspiração direta do tipo de história que se procurou articular com a economia. O argumento geral, não obstante, é o de que as escolhas teóricas que articulam economia e história na Teoria da Regulação não deixam de apresentar certas incongruências, cujo trabalho se esforça para apresentar, exaltando daí a necessidade de uma crítica incessante e renovada como a principal via de escape a estes arranjos instáveis.

### **Abstract**

The present text is looking upon some aspects of the formation of the thought and theoretical bases of the French School of the Regulation. Incisively, concerns about the reflection of the type of History that guides its theoretical arrangement, defending that the Regulation's Theory promotes a successful, sometimes ambiguous, marriage between Economy and History. Three main aspects are specially discussed: the Marxian formulations and its historical specificities; the Structuralism and its influence in the approach of Regulation School; and the *Annales'* School, as its direct inspiration of a type of history articulate with the economy. The general argument, however, is that the theoretical choices that articulate Economy and History in the Regulation's Theory do not leave to present some incongruence, what carry us to defending a renewed critical as the main way of escape to these unstable arrangements.

A Escola Francesa da Regulação, ou como em muitas referências a Teoria da Regulação, encontra sua origem na tentativa de explicar a natureza e os desdobramentos da crise dos chamados Anos de Ouro do capitalismo, entre o final da segunda grande guerra e o início dos anos 1970 — os *Trente Glorieuses* para os franceses —, em perspectiva analítica que parte de uma crítica direta aos pressupostos neoclássicos. Ante a impropriedade das resposta ortodoxas à interpretação dos padrões correntes do desenvolvimento econômico e ao irrealismo do postulado de uma dinâmica auto-reguladora nas economia de mercado é que um conjunto de autores viria a compor, aos anos setenta do século passado, um ambicioso programa teórico e metodológico destinado à análise dessa crise, de pronto entendida como crise da estrutura de produção e do padrão de acumulação fordista. Para além disto, este programa a um só tempo oferece significativos contributos à ampliação dos arranjos explicativos da teoria econômica contemporânea, explicitando particularmente o papel da história e da

---

<sup>1</sup> Mestre e Doutorando em História pela UFF / Pesquisador do Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica do CEDEPLAR-UFMG / 1º Tesoureiro da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE).

disciplina histórica neste debate. A este aspecto em particular se dará aqui mais vagar, buscando apontar e discutir o peculiar arranjo a partir do qual se daria esse diálogo.

De foram mais ampla, pode-se dizer que o que se coloca em primeiro plano é a importância de se pensar os caminhos da teoria, confessados (e mesmo sabidos) ou não pelos teóricos, como elementos de entendimento aprofundado e necessário do terreno em que se pisa; algo ainda mais premente nestes nossos tempos de violenta fragmentação do conhecimento. É isto que fornece algumas armas contra as incongruências e ajuda a sair das armadilhas pelo próprio pensamento engendradas ou mesmo antever certas ruas sem saída. Particularmente isto é verdade para as pontes interdisciplinares como a que se aborda aqui: história / economia. São estas pontes, sem dúvida, espaço privilegiado das luzes de fecundações recíprocas, ainda que, por vezes, não deixem de parir daí um resultado utilíssimo mas não obstante estéril — algo lá como uma mula. Afastar-se do perigo deste “efeito mula” deve de ser um esforço conjunto e continuado, e ainda que a escola da regulação constitua um bem sucedido empreendimento de efetiva articulação da história com a economia, possivelmente o mais louvável no cenário atual, não é desnecessária uma análise preocupada em inquirir os termos fundamentais dessa relação ante esse perigo rondante da criação estéril.

A história se encontra na base das formulações regulacionistas. É ela a dimensão fundamental da crítica ao imaterialismo nas respostas neoclássicas ao desequilíbrio que se mostrava patente à economia naquele cenário de desarticulação dos ditos anos dourados do capitalismo. É também o que permite a composição de um método capaz de viabilizar na formalização teórica da economia uma espécie de “reintegração ao real”. Esta centralidade da questão histórica à análise econômica dos regulacionistas é qualificada, dentre outros mais, por Robert Boyer, um dos nomes fundadores da escola, ao enumerar com Yves Saillard o que chamou de os quatro pilares da teoria da regulação: 1) a integração da lógica econômica com a compreensão do social e da dimensão política, no que decorre uma busca de contribuições em disciplinas vizinhas tais como a história, a sociologia ou a ciência política; 2) a delimitação precisa do espaço e do período sobre os quais é legítima a postulação de certos conceitos, o que faz

com que a generalização da teoria seja, antes uma decorrência da multiplicação de estudos que recuperam as noções de base a outros casos concretos, do que uma postulação axiomática; 3) a “historicidade fundamental dos processos de desenvolvimento das economias capitalistas”, o que faz da teoria da regulação especialmente preocupada em “historicizar as teorias econômicas”; e 4) a ambição de explicar a partir de um mesmo conjunto de hipóteses *ad doc* da teoria neoclássica o período dos anos 1950 aos dias atuais, alcançando porém resultados e conclusões totalmente distintas. (Boyer & Saillard, 1995: 11-12) A história ocupa nas ambições originais da regulação uma posição primordial tanto no que diz respeito à diminuição da abstração na formalização econômica, quanto na utilização de métodos próprios da história para a apreensão do tempo não simplesmente enquanto cronologia mas na dinâmica social de seus ritmos e variações: o tempo histórico.

Uma questão que de saída se impõe à análise é a lembrança de que a escola da regulação, no conjunto dos escritos de seus diversos autores, ainda que conformando um trabalho teórico metodologicamente bastante definido, não escapa de ser um todo heterogêneo. Isto é particularmente verdade no que diz respeito à abordagem histórica e ao lugar da história, que é dimensão fundamental, mas não é um objeto de trabalho em si da economia da regulação, mesmo que havendo vários trabalhos voltados incisivamente para a análise histórica de determinados períodos e temas entre as obras da escola. Ao se falar da história na escola da regulação, não se deixa assim, vale a advertência, de ser fazer referência a abordagens diversificadas em autores com formações não necessariamente coincidentes, o que dificulta a generalização de algumas das idéias que aqui vão sendo apresentadas, o que não compromete o objetivo primordial do presente texto uma vez que trata-se de uma reflexão sobre os arranjos da teoria e dos riscos e limitações de certas dessas escolhas analíticas. Outra advertência em paralelo é a de que história e economia partilham de uma inconciliação estrutural. No limite, a economia traduz uma ambição sistematizadora que não se faz sem a abstração, mesmo que cuidada, do real; já a história, mesmo que sem muito acordo sobre isto, ainda que almejando a síntese e divisando no horizonte a ambição sempre distante da história total, não deixa de ter por substância última o que a certas sociedades e épocas é particular e mutável, e nisto, não ponderável, isso até mesmo quando em meio à análise das regularidades. Só por conta desse distanciamento original

e insuperável em sua totalidade entre as disciplinas é que o estímulo de uma a outra pode continuar fresco tempo afora; repercutindo no lado da história, nos contributos da teoria econômica a alimentar a “história econômica”, ou no lado da economia, na crítica histórica a renovar os arranjos analíticos da “economia política”.

A teoria da regulação nasce no curso da profunda inflexão pela qual passa as ciências sociais na década de 1960. As reorientações no marxismo assim como o domínio estruturalismo, que vão marcar, especialmente ao ambiente intelectual francês, a natureza da reflexão social a partir de então, fornecem a medida do que se estava em jogo. Vinte anos mais tarde, por outro lado, a situação seria substancialmente diversa, havendo já se consubstanciado mundo afora o individualismo metodológico e as noções de equilíbrio, eficiência e racionalidade que, partindo da economia, contaminam disciplinas como a sociologia, o direito ou a ciência política. (Boyer, 1995: 21-22) Mais ainda, para além disto recrudescer uma fragmentação radical do conhecimento, que se por um lado torna menos visível a dimensão ampla da crise, desarma as possibilidades de uma superação ao se ter por premissa uma falência das meta-narrativas, o que lança as ciências sociais no território fluido de um relativismo pós-estruturalista e pós-moderno. A escola da regulação surge, e se desenvolve, em meio a este contexto conturbado e contínua mudança. Uma vez que em sua matriz está qualificado um debate essencialmente interdisciplinar, é fundamental ante o pano de fundo de uma insistente fragmentação dos saberes, recuperar e atualizar as bases de sua unidade analítica.

No que diz respeito à disciplina histórica, constata-se que a ambição sistematizadora da história econômica, particularmente em sua dimensão serial, demográfica ou quantitativa, que dominou a cena nos anos sessenta, terminaria por ser percebida como ultrapassada, cedendo espaço a uma multiplicação de temas e orientações que já se chamou, não sem razão, de “a história em migalhas” (Dosse, 1987), assim como a proposições que elegem a forma narrativa como fonte única de toda a inteligibilidade e verdade histórica. Em relação à economia, incisivamente ao chamado *main stream*, a história e a história econômica teriam cada vez menos importância na construção, validação ou quiçá reorientação do conhecimento. A formalização adquire tal grau de autonomia que o passado ou pode simplesmente ser reconstruído com base em uma econometria retrospectiva, como o faz a *new economic history*, ou ser de todo apartado da análise.

A experiência da escola da regulação, na contramarcha do *main stream*, ganha relevância como a principal matriz do pensamento econômico contemporâneo a se valer de forma sistemática e substancial da história. Em meio a todo este espectro de transformações que se avolumam nas últimas décadas, é fundamental perguntar sobre o tipo de história que fornece os estímulos originais à teoria da regulação. Para tanto, é preciso também inquirir acerca do tipo de marxismo que marca a experiência dos regulacionistas, e para isto vale uma digressão sobre a natureza da influência do estruturalismo nas idéias dos regulacionistas.

É importante segmentar a compreensão e análise de estruturas sociais entre a “perspectiva de análise estrutural” e o “estruturalismo” propriamente dito. Em boa medida a perspectiva de análise estrutural é a base de campos como a economia ou a sociologia desde os primeiros estudos dessas disciplinas, sendo que isto ajuda a compreender a generalização a certa época no uso de expressões como antropologia ou lingüística estrutural, mas não economia ou sociologia estrutural. Na definição de Raymond Boudon e François Bourricaud (2000: 224), o estruturalismo consiste em “um movimento de idéias difuso e complexo que se desenvolveu no domínio das ciências sociais ao longo dos anos 60, principalmente, se não quase exclusivamente, no cenário francês”. Impõem-se a necessidade aí de se diferenciar, por exemplo, a perspectiva estrutural presente na obra de Marx, da leitura estruturalista dessa empreendida por autores como Althousser.

O estruturalismo está diretamente relacionado ao que se conhece como revolução estruturalista da lingüística, que imporia uma ruptura entre a filologia clássica e a fonologia estruturalista, que por sua vez estaria preocupada com a apreensão do conjunto de fonemas de uma língua como um sistema coerente, passível de ser analisado em seus arranjos internos. O estruturalismo acabaria por gozar de grande prestígio acadêmico, encaminhando assim, a partir da porta de entrada da antropologia, em que se deve destacar as obras de Claude Lévi-Strauss, um movimento substantivo, ainda que realmente difuso, no âmbito das ciências sociais, transcendendo em termos metafísicos a perspectiva metodológica em si, própria como já se disse do escopo tradicional de disciplinas como a economia e sociologia. O resultado consistiria em “uma generalização abusiva, ou antes, numa reificação de postulados que lingüistas e antropólogos foram naturalmente levados a introduzir em seu terreno, mas cuja extensão

e generalização a outros terrenos acarretam um problema de legitimidade”. (Boudon & Bourricaud, 2000: 227)

Uma dimensão em particular se revela sobremaneira problemática nesta “generalização abusiva” da análise estrutural. Trata-se do fato de que é bem verdade que o estudo dos fonemas ou, em alguma medida, a etnologia de sociedades sem escrita, encontra limitações quase intransponíveis a qualquer exercício de análise diacrônico. Todavia, o privilégio incondicional à análise sincrônica em campos como a sociologia, com suas possibilidades em geral amplas de análises diacrônicas, carrega um comprometimento sério que pesa contra o estruturalismo.

A leitura estruturalista de Marx, incisivamente de *O Capital*, proposta por Althusser e Balibar, terminaria por obliterar justamente a dimensão fundamental da mudança social no materialismo histórico, ou nos termos do parágrafo acima, a clara perspectiva dicrônica do pensamento marxiano. Ainda segundo Boudon e Bourricaud:

“Tratava-se de mostrar que as ‘formações sociais’ são combinações estruturadas de elementos simples (tipos de apropriação da mais-valia, etc.), exatamente da mesma forma que os sistemas fonéticos são combinações estruturadas de traços distintivos. Marx viu-se travestido de estruturalista preocupado com a estrutura sincrônica das formações sociais e de fato praticamente indiferente à análise da mudança social.” (Boudon e Bourricaud, 2000: 227)

A influência da leitura estruturalista de Marx na teoria da regulação deve-se, por um lado, à proeminência deste impulso na intelectualidade francesa ao tempo de formação da escola, nos termos de que este tratamento estruturalista contribuiu para restituir respeitabilidade acadêmica ao marxismo, então às voltas com inúmeras apropriações vulgares. Mas por outro lado, também porque o que sobremaneira interessaria ao enfoque regulacionista nascente é a dimensão fundamental do estruturalismo enquanto uma possibilidade de análise das instituições sociais de maneira descritiva. Mais que isto, a visão da estrutura do sistema constituído pelo conjunto das instituições de uma sociedade, exatamente este o lugar em que repousaria a chave de interpretação das “instituições” compondo modos próprios de “regulação” da ordem sócio-econômica.

A inspiração das idéias de Marx seria mesmo fundamental à escola da regulação, ainda que a apropriação deste autor não tenha deixado de se fazer de forma um tanto

ambígua. A começar deve-se ressaltar na teoria da regulação o entendimento de base marxiana das crises do capitalismo enquanto em última instância crises de sub-rentabilidade do capital, sendo este o motor dinâmico da transformação das relações sociais de produção. A apropriação de Marx que fundamenta a escola da regulação, não obstante, seria como se disse marcadamente estruturalista, concentrando-se nas condições (estruturas) de reprodução do capitalismo; muito embora, buscando captar sua dinâmica (movimento) de transformação bem como de permanência, o que termina por reintroduzir a dimensão histórica (diacrônica), em boa medida eclipsada na leitura althusseriana. Nas palavras de Boyer, em diálogo com trabalhos de outros dos autores fundamentais da regulação, Michael Aglietta e A. Lipietz :

“De sua parte, a reinterpretação estruturalista de Marx não faz mais que analisar as condições de reprodução do capitalismo, sem dar suficiente importância às transformações que são necessárias para assegurar esta surpreendente resistência às crises econômicas e aos conflitos. A noção de regulação permite precisamente estudar a dinâmica contraditória de transformação e de permanência de um modo de produção.” (Boyer, 1995: 21)

A hipótese central em que iriam se fiar os regulacionistas é a de que a interação dos atores econômicos se dá a partir da mediação de uma série de instituições e convenções, que são eminentemente históricas e portanto informam e respondem diferentemente a lugares e tempos diversos. O objetivo é exatamente a análise dos modos próprios de regulação, a partir deste contexto institucional, da dinâmica econômica capitalista. De um lado isto implica na abertura de saberes na direção de compreender, por exemplo, como se processa a formalização nas instituições do direito dos comportamentos individuais e coletivos, que qualificam a importância à teoria da regulação de conceitos como, por exemplo, os de campo e *habitus*, tais como desenvolvidos por Pierre Bourdieu, em perspectiva que deve muito, no caso do segundo, à obra de Norbert Elias. (Boyer, 1995: 25 / Bourdieu, 1974 / Elias, 1990) Por outro lado, é clara a associação com a perspectiva marxiana no que diz respeito à apreensão do comportamento econômico e das leis sistêmicas do movimento a partir da especificidade e historicidade das relações sociais de produção em um determinado modo de produção. Ademais, os próprios conceitos chave dos regulacionistas, de “modo de regulação” e “regime de acumulação” podem ser vistos em relação aos “modos de desenvolvimento”, que qualifica as fases do desenvolvimento capitalista, de forma

análoga aos conceitos marxianos de “relações sociais de produção” e “forças de produção” em relação aos “modos de produção”. (Brenner & Glick, 1991: 46-7) Mas não é desnecessário lembrar que o enfoque regulacionista não pretende dar conta historicamente, por exemplo, do surgimento (ou mesmo da superação) do capitalismo, como em Marx. A análise é essencialmente do capitalismo, com particular propriedade na análise dos mecanismos de recriação, que permitem a reposição e permanência da ordem capitalista. O estudo desses rearranjos que na seqüência cíclica de desestabilizações quase que reforçam mesmo a ordem, representa uma das mais decisivas contribuições da teoria da regulação.

É possível argumentar entretanto, como o fazem Robert Brenner e Mark Glick (1991, 46-n.), que autores como Aglietta e mesmo Lipietz, qualificam de forma mais evidente os fundamentos marxianos na teoria da regulação, cabendo a Boyer uma definição diferente, mais complexa, na qual propõe um quadro teórico mais amplo e multifacetado à escola. Trata-se de uma combinação entre uma crítica de um marxismo ortodoxo, com a extensão de uma macroeconomia de matriz kaleckiana e keynesiana. É em Marx que se encontra o interesse pelos movimento longos, todavia é rechaçada uma leitura do movimento nos termos de dinâmicas grandiosas, sendo exatamente a partir de autores como Kalecki e Keynes que se qualifica o quanto o pleno emprego e o crescimento forte e estável são antes a exceção do que a regra no curso do capitalismo. A história em sua longa e a média duração são fundamentais assim para a composição desse arranjo de análise, que volta-se, a partir dos ensinamentos e métodos da Escola dos *Annales*, para a compreensão, tal qual em Ernest Labrousse, da leitura da conjuntura ante a estrutura, como base para o entendimento da dinâmica cíclica das crises, especificamente porém no território do capitalismo industrial. (Boyer, 1995: 24 / 1986: 41) Foge-se assim de um movimento com sentido estabelecido. Ao marxismo despedido de vestes históricas no estruturalismo, repõe-se uma história reativa ao historicismo com base nos *Annales*.

É particularmente a visão alternativa que se busca ao tempo histórico que terminaria por marcar na teoria da regulação o encontro com a tradição historiográfica francesa dos *Annales*. A ambição interdisciplinar de um conjunto de intelectuais que buscam reconhecer e compreender a crise presente valendo-se de uma reinterpretação do passado, o que bem caracteriza como se disse o grupo fundador da teoria da



regulação — voltando-se no início exatamente a trabalhos de cunho histórico sobre o capitalismo americano e francês, como nos escritos de Aglietta (1976) ou Boyer (1979) — teria mesmo uma associação direta com o ambiente intelectual que dá origem à mais importante matriz da historiografia francesa. (Clio, 1995: 49-50) Trata-se da chamada Escola dos *Annales*, um vigoroso e influente movimento de renovação historiográfica, a rigor heterogêneo e policêntrico em suas várias fases, mas que se caracteriza de forma geral pela conformação de um saber histórico influenciado diretamente pelas ciências sociais e gestado nos debates entre sociólogos, filósofos, geógrafos e historiadores particularmente, aos anos fundadores, no âmbito da Universidade de Estrasburgo. Este debate toma corpo na revista *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, fundada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch, e daí o nome pelo qual a escola fica conhecida. Nisto, a dimensão fundamental do ambiente intelectual fecundo e dinâmico da Universidade de Estrasburgo de então, na Alsace-Lorraine que volta a pertencer a França em 1918, e que deveria por conta disto servir como uma vitrine intelectual francesa ante a Alemanha, reunindo portanto um quadro ímpar de professores entre “juristas, como G Le Bras; filósofos, como M. Guerroult; historiadores, como Febvre, Bloch, [Georges] Lefebvre, Perrin; sociólogos como M. Halbwachs”. (Reis, 2000: 67) Não obstante, tratava-se de um meio extremamente conturbado em uma encruzilhada de tensões variadas, entre franceses e alemães, religiosos e laicos, protestantes e católicos, liberais e socialistas, entre outras mais. A leitura do passado nasce daí como um instrumento iluminador e iluminado pelo presente imediato. A história — “filha de seu tempo” para Febvre (1965), e rechaçada na perspectiva de uma simples “ciência do passado” por Bloch (2001), para fazer do presente, então, peça fundamental no retorno possível ao passado, em um jogo sempre de mão-dupla — nasce aí marcada pelos dramas imediatos, mas não, no entanto, sendo cerceada por estes quanto aos temas de investigação.

O particular entendimento do tempo histórico da Escola dos *Annales*, que tanto interessaria aos regulacionistas, é, seguindo as idéias apresentadas por José Carlos Reis, a dimensão fundamental que o caracteriza um método histórico realmente novo. É uma nova representação do tempo histórico que definiria assim o programa de pesquisa dos *Annales*. A interdisciplinaridade que marcaria a formação dessa escola não foi, entretanto, “a grande mudança epistemológica produzida pelos *Annales*, mas aquilo que

a tornou possível: a nova representação do tempo”. (Reis, 2000: 15) A temporalidade da história factual, de eventos ou historicista própria do século XIX, não se prestava a uma integração com as ciências sociais. Esta inconciliação move os fundadores dos *Annales* a uma “abordagem estrutural” do tempo histórico em oposição ao peso teleológico de um “fim da história”.

Às ciências sociais importa muito mais as transformações estruturais do que qualquer sucessão de eventos, neste sentido enfatiza-se a simultaneidade, a reversibilidade e a interdependência no mesmo plano dos eventos humanos. Em outros termos, trata-se do já discutido acima peso dos aspectos sincrônicos ante os diacrônicos. Os *Annales* vão promover uma espécie de estruturação da mudança, que a partir de temporalidades estendidas dão lugar à percepção do que muda, mas também e em especial, do que se prolonga, repete, ou retrocede. A mudança não é simplesmente abolida pela representação estrutural de uma simultaneidade do tempo, mas sim reinserida em uma dialética das durações. É isto que preserva a dimensão propriamente histórica ante a atemporalidade das estruturas, que transcende mas preserva o projeto inaugural de Heródoto de “conhecer as mudanças humanas no tempo”. (Reis, 2000: 15-17) Esta questão já se faz marcante nos estudos de Bloch ou Febvre, mas é com Fernand Braudel que ganharia uma formalização mais rigorosa, permitindo à história, exatamente em meio a um ambiente no qual se ampliava o discurso estrutural no conjunto das ciências humanas, garantir e ampliar o lugar da história.

Braudel colocaria em prática sua perspectiva temporal em sua obra prima *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo à época de Felipe II*, de 1949; é, entretanto, a elaboração teórica a *posteriori* da questão das temporalidades, aparecida em 1958 sob o título de “*La Longue Durée*”, como artigo na seção *Débats et Combats* dos *Annales*, que qualificaria de forma explícita sua posição.

O esquema teórico da longa duração de Braudel demarca certa distância do estruturalismo ao mesmo tempo em que o incorpora. O conceito de estrutura aparece ao historiador não a partir de uma formulação abstrata, definida em termos de relações e funções combinatórias, como se dá na lingüística estruturalista, mas sim, com base em uma apreensão de um tempo suficientemente longo no qual são as permanências que qualificam e envolvem os eventos. A ênfase migra dos fatos singulares para os de

massa, da exceção para o regular. É isto que permite a compreensão da mudança interna da estrutura a partir de dinâmicas cíclicas em que o que se dá é a rearticulação dos mesmos elementos internos. O que isto qualifica fundamentalmente é um descentramento radical do homem, permitindo sua análise em termos seriáveis e não singulares. Ainda que aí residam críticas, inclusive de que Braudel oblitera um humanismo que, mesmo em choque com a história factual em si, não deixaria de presidir o projeto de Bloch e Febvre, deve-se argumentar que em sua obra não se abstrai do homem a condição de sujeito, o que se dá é o entendimento de sua ação a partir de “circunstâncias objetivas, estruturais, pelas quais ele está envolvido, e que ele pode alterar, mas à custa de um esforço penoso, e só obterá resultados a longo prazo.” (Reis, 2000: 104-5)

Braudel reflete sobre um tempo permeado por três ritmos heterogêneos, o estrutural, o conjuntural e o acontecimental, em superposição. Também ao mesmo tempo em que recusa o entendimento da história a partir do evento, rechaça o evolucionismo de um caminho linear e progressista da civilização, abrindo-se mesmo ao entendimento da pluralidade de civilização e da divergências em suas direções temporais. (Reis, 2000: 105) Nesse seu primoroso artigo se daria um diálogo direto com Claude Lévi-Strauss e suas proposições na direção de uma “ciência da comunicação” ou nos termos de uma “história inconsciente”, apresentadas no livro *Anthropologie Structurale*, também de 1958. O texto de Braudel é mesmo uma espécie de manifesto em que logo de saída argumenta: “há uma crise geral das ciências do homem: estão todas esmagadas sob seus próprios progressos, ainda que seja apenas devido à acumulação de novos conhecimentos e da necessidade de um trabalho coletivo, cuja organização inteligente falta ainda erigir”. (Braudel, 1978: 41) Esse combate de Braudel contribui para a viabilização da história ante a voga crescente do estruturalismo, mas também serve a um projeto mais ambicioso, que é o de assegurar a posição da história como a articuladora por excelência dos saberes no campo das ciências do homem, a história, ou seja, como a disciplina capaz de prover essa “organização inteligente falta ainda erigir”, de que fala Braudel. Este projeto que orienta a ação de Braudel qualifica o seu poder e prestígio no âmbito da academia francesa. Assumindo em 1957, após a morte de Febvre, a direção dos *Annales*, ascenderia também à presidência da Seção VI da *École Pratique de Hautes Études*, que viria a ser mais tarde, 1975, a *École des*

*Hautes Études em Sciences Sociales*. Em seu tempo afrente da instituição efetivamente se processa um enorme desenvolvimento quantitativo e qualitativo, aprofundando o diálogo entres as ciências sociais, mas não obstante conduzindo os termos da interlocução e, particularmente, do tipo de história que deveria gozar de prestígio acadêmico na França, para o qual foi determinante sua posição a partir de 1950 como presidente do *Jury d'agrégation d'histoire*. (Romano, 1997: 123-31)

É corrente a segmentação de três gerações na Escola dos Annales a partir dos diretores da revista e dos projetos que orientarão sua condução. Sendo assim têm-se: a primeira fase entre 1929 e 1946, desde a fundação dos *Annales d'Histoire Economique et Sociale* até a nova direção que imprimirá Febvre no pós-guerra, depois da morte de Bloch, em 1944, torturado e fuzilado pela Gestapo. É neste período que se dá a condução original do projeto de uma *nouvelle histoire*, em diálogo com as ciências sociais no combate de uma história tradicional. A segunda fase vai de 1946 a 1968, baixo agora o título de *Annales: Economies, Sociétés, Civilisations*, e cabendo a Febvre — que em 1947 é encarregado de dirigir a então fundada VIª Seção da *École Pratique de Hautes Études* — a sua condução até sua morte em 1956, sendo então sucedido por Braudel. Esta é a fase por excelência de uma forte consolidação institucional dos *Annales*, e na qual se verifica o predomínio amplo da dimensão econômica e demográfica ante as outras esferas da história, tais como o estudo das mentalidades fortemente desenvolvido na primeira fase, mas também ante mesmo até a esfera do social. A terceira fase se inaugura com a passagem em 1968 da direção isolada da revista por Braudel para um comitê formado por Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie e Marc Ferro, e se caracterizaria cada vez mais pela presença da dimensão cultural ante o espaço ocupado pela história econômica da segunda fase, mas não obstante, o que se dá com maior clareza é mesmo a multiplicação de perspectivas de estudo que bem se traduz na obra coletiva coordenada por Jacques Le Goff e Pierre Nora, chamada *Faire de l'Histoire* e publicada, em 1974, em três volumes: *Novos Problemas*, *Novas Abordagens* e *Novos Objetos*. Da década de 1990 ao presente o grupo padeceria ainda de uma certa indefinição de caminhos que ainda está por ser resolvida e que sem dúvida não cabe aqui ser discutida, havendo, vale dizer, mais uma vez trocado de nome, agora para *Annales: Histoire, Sciences Sociales*. No conjunto dessas gerações é exatamente o peso da segunda, na figura de Braudel e na primazia dos

estudos no território da história econômica, que conforma a influência histórica fundamental aos regulacionistas. Essa tendência vencedora da segunda geração deve alguns de seus desenvolvimentos fundamentais ao nome de Ernest Labrousse, que a partir do impulso de uma história econômico-social aberto por Bloch, desenvolveria as bases mais quantitativas de análise dos dados. Em seus escritos acerca dos movimentos de preços e crises econômicas na França do Antigo Regime, abre espaço para o que viria depois a ser chamado de história serial, na qual a composição de série se amplia para universo mais amplo, incluindo desde registros paroquiais nos termos da história demográfica, até a composição de séries como registros eleitorais ou mesmo ex-votos religiosos. A construção de curvas de preços em Labrousse não responderia, todavia, a um fim em si, trata-se de um caminho à apreensão de hierarquias sociais e suas contradições, o que ressalta a necessidade de uma crítica acurada da documentação e uma preocupação em se evitar os anacronismos.

Esta perspectiva de uma história serial ancorada na Escola dos *Annales*, aprofundaria cada vez mais uma obsessão pelo repetitivo e seriado, integrando técnicas quantitativas, econômicas e demográficas à concepção de estrutura própria dos *Annales*. Não obstante já se qualifica na década de 1960 na França uma polêmica, encampada por Pierre Chanu (1970), entre essas tendências seriais e uma história quantitativa realizada como que exclusivamente pelo lado dos economistas, em que a preocupação central seria o crescimento econômico, apreendido a partir da aplicação retroativa dos métodos próprios da contabilidade social, tal qual faz Jean Marczewski, baixo a inspiração de trabalhos desenvolvidos na década de 1950 nos Estados Unidos, como nos de S. Kuznets. Uma corrente muito mais sólida em seus métodos e homogênea em seus pressupostos que a o quantitativismo de economistas-historiadores franceses como Marczewski, seria a *New Economic History* americana. Trata-se de uma escola constituída por volta de 1957 no âmbito da ciência econômica norte-americana e de forma apartada mesmo do diálogo interdisciplinar com historiadores de formação. Não obstante, a força interpretativa de seus instrumentos de análise e o prestígio alcançado por seus principais autores, incluindo dois prêmios Nobel de economia, ampliaram muito o seu universo de influência. Constitui-se fundamentalmente de uma história econômica apreendida a partir da utilização retrospectiva de procedimentos e modelos econométricos. Metodologicamente uma de suas dimensões fundamentais seria a utilização de

“hipóteses alternativas” à realidade histórica, promovendo expedientes de simulação destinados a verificar a importância de determinadas variáveis econômicas, eventos ou instituições ao longo do tempo. Isto implica, portanto, na construção de hipóteses contra-factuais e de forma ampla na utilização de modelos econométricos para a produção de dados na ausência de evidências documentais diretas ou séries completas. Os estudos de Fishlow e Fogel acerca da economia norte-americana no século XIX caminham nessa direção, formulando, por exemplo, no intuito de avaliar a importância da construção de ferrovias no período para o crescimento da economia, a hipótese da não construção de ferrovias, e dando corpo então a uma análise econométrica dessa realidade alternativa. (Cardoso & Brignoli, 1976: 25-38 / Lévy-Laboyer, 1969 / Vilar, 1983: 58-78) Não são poucas as críticas que podem ser apostas à new economic history, e uma vez que esta se dispõe a rechaçar as linhas interpretativas globais da história econômica dos últimos duzentos anos, incluindo a perspectiva mesmo da ocorrência de uma revolução industrial na Inglaterra do século XVIII, se faz necessário um exame cuidadoso da validade de seus pressupostos. Neste sentido podem ser destacadas três questões gerais: primeiro a de que quando a utilização de técnicas econométricas implica em uma superação do espaço próprio das evidências documentais se rompe ao mesmo tempo com a dimensão da crítica das fontes e flutua-se em uma representação hipotético-dedutiva que não tem validade superior ao passado do que teria, por exemplo, em relação ao futuro; segundo, a idéia de que a construção de uma linha explicativa do passado a partir de um número restrito de variáveis relacionadas pela teoria econômica e testadas econometricamente produz um quadro de todo apartado das multifacetadas dimensões da história e rígido o suficiente para não ser de forma alguma interpolado por outras variáveis, mesmo que estritamente econômicas, que não as originalmente presentes no modelo; e finalmente, a questão de que, tal qual na lição dos *Annales*, pode-se argumentar que as teorias econômicas são várias tanto quanto os sistemas econômicos historicamente identificáveis, sendo que as leis próprias de um sistema específico não tem validade assegurada dentro de outras lógicas econômicas, o que contrabalança a validade epistemológica geral de análise de uma econometria retrospectiva, mesmo que no exercício circunscrito do capitalismo industrial.

Já encaminhando as considerações finais, pode-se recortar algumas considerações a partir do que foi aqui apresentado, na tentativa de se identificar e

interpretar a forma como se dá a relação entre história e economia nas bases teóricas fundamentais da escola da regulação francesa, e não no estudo particular de alguns de seus autores, o que será reservado a um esforço subsequente. Cabem algumas considerações, portanto e em primeiro lugar, a propósito da junção peculiar que se dá no quadro teórico da teoria da regulação entre os *Annales* e as idéias de Marx, uma vez que à fundamentação marxiana de alguns dos pressupostos econômicos da regulação, não corresponderia uma visão da história nos mesmo termos, ou seja, consubstanciada no materialismo histórico, e sim a introdução da temporalidade própria dos *Annales*. Para além das semelhanças, em termos da importância conferida à síntese, da preocupação com a especificidade histórica de cada período e sociedade, ou a vinculação da pesquisa histórica com as perguntas próprias do tempo presente, a mais marcante diferença entre os *Annales* e o marxismo é a ausência no primeiro de uma teoria da mudança social. (Cardoso, 1997: 9) Isto decorre fundamentalmente da ruptura nos *Annales* com as perspectivas evolucionistas da história. Ainda assim deve-se ressaltar que o marxismo, para além de certas vulgarizações, avança no sentido de um evolucionismo complexo em que não se excluem estagnações e retrocessos, nem se promove um sentido de determinação onipresente, sendo as lutas sociais uma dinâmica fundamental da mudança histórica ainda que contrapostas a estruturas com temporalidades mais lentas, como as forças produtivas, que determinam de forma ampla o espectro de suas transformações.

A ambição fundamental do projeto marxiano de apreender o real a partir de uma leitura a um só tempo genética e estrutural das sociedades (Topolski, 1982: 155-172), não o faz sem uma atribuição de significa e sentido à mudança social, portanto um “fim da história”, que se ancora em um modelo idealista e iluminista. Ainda que de forma, com já se disse, complexa e dialética, em última instância isto repõe um limite às possibilidades de interpretação da mudança a partir do real, cerceando em alguma medida as possibilidades de leitura histórica a partir da construção abstrata.

Uma última palavra, entretanto, pode ser dita acerca de como, com veemência ao tempo presente, à relação dialética entre passado e presente pode-se incluir na reapropriação de uma leitura da mudança histórica a dimensão do futuro, na direção do que vai sugerido na obra de Henri Lefebvre, não enquanto um sentido idealista em si, mas como uma substância própria e concreta do presente, disperso em expectativas

coletivamente compartilhadas e que dialogam, portanto, nessa dialética (passado-presente-futuro) com os caminhos da mudança. Talvez essa seja uma frente, ainda quase de todo inexplorada, para se recompor a leitura marxiana da mudança em uma reflexão sobre o peso dessa dialética na dinâmica das crises do capitalismo, particularmente no território como o que qualifica a escola da regulação, em última instância preocupada com a crise presente. Em outros termos, refletir sobre a mudança social é se proteger da dimensão mais danosa de um imobilismo estruturalista. Nisto a lição marxiana fundamental pode ser lida como a perspectiva de que a análise histórica do capitalismo inclui a idéia fundamental de que não se trata de um modo de produção ancorado em um estado natural e intransponível da condição humana, mas em relações que tiveram uma origem específica e que portanto podem bem ter um final específico. Ainda que os termos dessa superação sejam obscuros à análise presente e tenham sido por demais simplificados por certo marxismo, a lição original de Marx quanto a essa dimensão eminentemente “histórica” do capitalismo, ao invés de imóvel, preza em definitivo nas repetições circulares, a-históricas portanto, não pode ser de forma alguma menosprezada. (Wood, 2001)

Uma vez considerada a importância da concepção de mudança social própria do pensamento de Marx e de como esta ainda que não incompatível com os *Annales* pode ser por eles obliterada, particularmente dependendo da aí ajuntado da perspectiva estruturalista. Cumpre agora refletir, o que servirá de conclusão ao presente texto, sobre outro risco de estreitamento perspectiva presente no arranjo teórico dos regulacionistas. Trata-se da ênfase na história quantitativa, das proximidades com a *new economic history* e dos problemas daí advindos.

O caminho desde uma história econômica tal qual a produzida por Labrousse até a *new economic history*, para usar uma tipologia apresentada por Boyer (1989: 1399), parte de uma situação de interseção entre as disciplinas para uma de determinação direta da teoria econômica sobre a história econômica. No mesmo esquema, a condição superior, almejada pela teoria da regulação, caberia a uma “interação simbólica” na qual a interseção entre as disciplinas é constantemente alimentada pelos desenvolvimentos do tema no interior de cada um dos conhecimentos, sendo os modelos interpretativos oferecidos pelos historiadores utilizados pelos economistas para analisar o crescimento e a emergência das normas, novamente oferecendo estímulos à reflexão histórica. O



risco de que se trata aqui, portanto, nesses termos colocados por Boyer, pode ser descrito como na tentativa de se passar da história econômica como interseção entre história e economia característica do impulso original dos *Annales*, para a “interação simbólica” na qual o este lugar intermediário é continuamente retroalimentado por conhecimentos gerados no interior de cada uma das disciplinas (história e economia), pode-se cair no modelo de uma dependência estrita de uma área da outra, como na *new economic history*.

Este risco deve ser mensurado nos termos do quanto a temática da *new economic history*, fundamentalmente preocupada com a questão das instituições e sua relação com a performance econômica ao longo do tempo, se ocupa do mesmo território dos regulacionistas. (North, 1996) Por outro lado, vê-se que os *Annales* hoje já vão praticamente de todo cindidos da dimensão econômica, o que dificulta a criação dos espaços interdisciplinares que outrora foram preponderantes aos regulacionistas. Neste sentido o diálogo, mesmo que crítico, com os institucionalistas americanos e os trabalhos da *new economic history*, exigem um grau crescente de formalização dos pressupostos que não raro afasta mais ainda economistas e historiadores, matando o trabalho interdisciplinar, sob a pretensa ilusão, aos primeiros, de que ainda assim se preserva a dimensão histórica.

O estímulo original da teoria da regulação não pode ser travestido pelo teste do peso de dimensões institucionais, reguladoras, na economia ao longo do tempo; trata-se muito antes de perceber como essas instâncias ganham significado e aceitação compartilhada entre os homens. Entender a dinâmica particular desses processos materiais mas também simbólicos é que permite uma compreensão efetivamente adensada da crise. A história que tem lugar fundamental na teoria da regulação por conta do reconhecimento crítico da “historicidade dos fenômenos econômicos” e da necessidade de se “historicizar as teorias econômicas” (Boyer & Saillard, 1995: 11-12), corre o risco com a sua redução a pura econometria retrospectiva se ver destituída das forças originais capazes de alcançar esses objetivos. A supressão de variáveis própria da econometria retrospectiva mata exatamente a complexidade da totalidade histórica, que mesmo que sempre uma representação incompleta, é exatamente quem pode carregar no particular das fontes documentais a resposta indiciária da mudança histórica. Se por um lado a resposta do teste econométrico é por vezes uma explicitação contundente de

determinada linha de análise, não deixa de ser ainda assim uma projeção do que já ia contido na pergunta. Daí o sentido último de se falar em “esterilidade”, tal qual se anunciou ao início do texto, e a vitalidade ainda fundamental de se pensar na mudança social tal qual presente no pensamento de Marx, ainda que em nova apropriações. Reside então aí o risco de um “efeito mula”, a econometria retrospectiva a olhos microeconômicos é sem dúvida utilíssima, mas não obstante, perigosamente estéril à uma compreensão crítica de nosso tempo.

### Referências Bibliográficas:

- AGLIETTA, M. *Régulation et crises du capitalisme*. Paris: Calmann-Lévy, 1976.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOUDON, Raymond. BOURRICAUD, François. *Dicionário Crítico de Sociologia*. 2ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2000. [verbete “Estruturalismo”]
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- BOYER, Robert. “Économie et Histoire: vers de nouvelles alliances”. *Annales: Economies, Sociétés, Civilisations*, nov.-dez., nº 6, 1989, pp.1397-1426.
- BOYER, Robert. “La croissance française de l’après-guerre et les modèles macroéconomiques”. *Revue économique*, vol. 25, nº 5, set. 1976, pp.882-939.
- BOYER, Robert. SAILLARD, Yves. “Avant-propos” in: BOYER, Robert. SAILLARD, Yves (dirs.). *Théorie de la régulation l’état des savoirs*. Paris: Éditions La Découverte, 1995.
- BRAUDEL, Fernand. “História e Ciências Sociais: a longa duração” in: *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- BRENNER, Robert. GLICK, Mark. “The Regulation Approach: Theory and History”. *New Left Review*, jul.-aug., nº 188, 1991, pp. 45-119.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. “História e paradigmas rivais” in: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Los métodos de la historia: introducción a los problemas, métodos y técnicas de la historia demográfica, económica y social*. Barcelona: Editorial Crítica, 1976.
- CHANU, Pierre. “L’histoire sérielle. Bilan et perspectives”. *Revue Historique*, nº 494, abr.-jun., 1970, pp. 297-320.
- CLIO, Jean. “Régulation et Histoire: Je t’aime, moi non plus” in: BOYER, Robert. SAILLARD, Yves (dirs.). *Théorie de la régulation l’état des savoirs*. Paris: Éditions La Découverte, 1995.
- DOSSE, François. *L’histoire em miettes. Des annales à la nouvelle histoire*. Paris: Éditions La Découverte, 1987.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizacional: investigacoes sociogenéticas e psicogenéticas*. Lisboa: Dom Quixote, 1990.
- FEBVRE, Lucien. *Combats pour Histoire*. Paris: A. Colin, 1965.

- LÉVY-LEBOYER, Maurice. “La ‘New Economic History’”. *Annales: Economies, Sociétés, Civilisations*, set.-oct., 1969, pp.1035-1069.
- NORTH, Douglas C.. “Epilogue: Economic performance through time” in ALSTON, L. J. EGGERTSSON, T. NORTH, D. C. (eds). *Empirical Studies in Institutional Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em História*. São Paulo: Paz & Terra, 2000.
- ROMANO, Ruggiero. *Braudel y nosotros: reflexiones sobre la cultura histórica de nuestro tiempo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.
- TOPOLSKY, Jerzy. *Metodologia de la Historia*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1982.
- VILAR, Pierre. “Para uma melhor compreensão entre economistas e historiadores: ¿‘história quantitativa’ o econometria retrospectiva?” in: *Economía, Derecho, Historia: conceptos y realidades*. Barcelona: Editorial Ariel, 1983.
- WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.